

COORDENADORIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS (CGERH)

OUTORGA DE DIREITO DE USO № 364/2017

PORTARIA Nº 585/2017

O SECRETÁRIO ADJUNTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art 6º, da Lei nº 14.844, de 28 de dezembro de 2010, publicada no D. O. E de 30 de dezembro 2010, com o objetivo de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos e o efetivo exercício des direitos de acesso a água, e com base nos pareceres técnico e jurídico constantes nos autos do processo administrativo nº 2339995/2017, outorga o DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS, a MR COMERCIO E CRIAÇÃO PESCADOS LTDA, CPF/CNPJ 26.752.163/0001-14 nos seguintes termos:

I – CARACTERIZAÇÃO DA FONTE DE SUPRIMENTO				
1 - Denominação da fonte: Poço tubul	ar profundo			
2 - Capacidade da fonte: 2,78l/s				
3 - Bacia: Curu			Sub-bacia:	
4 Município: Parainaha	Distrito: Lagoinha		Localidade: Paraipaba	
5 - Coordenadas do local de captação ou centro da área do espelho: LAT: 9627590N LONG:484130E				
II – ELEMENTOS DA OUTORGA				
1 - Período de validade da outorga - <u>01 ano</u> - (28 de abril de 2017 a 28 de abril de 2018)				
2 – Local de uso: Paraipaba				
3 - Volume outorgado: 19.738,53m³/ano		Área de espelho: m²		
4 - Vazão outorgada: 1,46l/s Vazão		Vazão con	/azão contínua: 1,46l/s	
5 - Tempo de aplicação da vazão outorgada: 20horas/dia			<u>5</u> dias/semana	
6 - Finalidade do uso da água: Camarão (Litopenaeus vannamel) 06 viveiros				

III - ELEMENTOS RELEVANTES DA OUTORGA

- 1 A outorga do direito de uso dos recursos hídricos, de que trata esta portaria, poderá ser suspensa pela SRH, de forma total ou parcial, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, de acordo com o disposto no art. 11, da Lei 14.844/2010.
- 2 A cobrança pelo uso dos recursos hídricos superficiais ou subterrâneos obedecerá aos critérios estabelecidos no art. 16, da Lei 14.844/2010.
- 3 O outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

4 – Em se tratando de destinação ao cons umo humano é necessário o tratamento da água.

5 - Conforme interesse do usuário, a outorga poderá ser renovada a partir do pedido do interessado, protocolado com 03 (três) meses de antecedência de sua vigência.

6 – Esta portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal e entrará em vigor na data de sua publicação no D.O.E.

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 28 de abril de 2017.

> Flávio Gomes Rodrig Secretário Adjunto dos Recursos Hídricos